

ILMO. SR. DR. DELEGADO DE POLÍCIA DE \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro(a), solteiro(a), comerciante(a), residente na rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_, bairro, cidade, por seu advogado infra-firmado, vem à presença de Vossa Senhoria expor e requerer o que se segue:

Consubstanciado nos artigos 241 e 242 do Código de Processo Penal, nos autos do inquérito policial n.º \_\_\_\_\_, instaurado com o escopo de apurar a responsabilidade penal de \_\_\_\_\_, como violador do art. \_\_\_\_\_ do Código Penal, figurando o Requerente como vítima de furto, vem dizer que, embora os indícios levem-no a condição de autor, nega-se o indiciado a ter sido o agente criminoso. As insistentes negativas do réu levaram o Reclamante a, diligenciando "motu próprio", descobrir que a "res furtiva" se encontra em poder de \_\_\_\_\_ (nome e endereço), fato comprovado pelas declarações em apenso.

"Ex positis", na forma da lei, requer a Vossa Senhoria que seja expedido mandado de busca e apreensão domiciliar.

Nestes Termos

Pede Deferimento

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Advogado

OAB